

Jorge Miranda

# Teoria do Estado e da Constituição

5.a edição

ISBN 978-85-309-7988-1

728 páginas

15,8 x 22,8 cm

FORENSE

# Sumário

Do Autor ..... IX

## PARTE I O ESTADO NA HISTÓRIA

### Capítulo I – Localização Histórica do Estado

#### *§ 1º O Estado, realidade histórica*

1. O Estado, espécie de sociedade política
2. O aparecimento histórico do Estado
3. Sociedades políticas pré-estatais
4. Processos de formação do Estado
5. Características gerais do Estado
6. A inserção territorial do Estado

#### *§ 2º Tipos históricos de Estado*

7. O desenvolvimento histórico do Estado
8. Redução das formas históricas de Estado a tipos
9. O Estado oriental
10. Estado grego
11. O Estado romano
12. O pretense Estado medieval
13. O Estado moderno
14. O nome de Estado

### Capítulo II – O Direito Público e o Estado Modernos

#### *§ 1º Formação*

15. O sistema político medieval
16. A substituição do sistema político medieval
17. O processo de criação dos Estados europeus
18. A soberania e a organização do Estado
19. Variedade dos momentos de aparecimento do Estado

#### *§ 2º Evolução*

20. Condições gerais de desenvolvimento
21. Períodos de evolução
22. O Estado estamental
23. O Estado absoluto. O Estado de polícia
24. O Estado constitucional, representativo ou de Direito
25. O Estado constitucional no século XIX como Estado liberal burguês
26. A situação do Estado no século XX
27. A diversidade de tipos constitucionais
28. Os problemas no início do século XXI

## PARTE II ESTRUTURA DO ESTADO

### Capítulo I – O Estado em Geral

29. Sequência
30. As grandes correntes doutrinárias acerca da natureza ou essência do Estado
31. As concepções mais significativas
32. Outras elaborações doutrinárias
33. Posição adotada
34. As relações entre Estado e sociedade
35. Os elementos ou condições de existência do Estado
36. As vicissitudes do Estado
37. O Estado como pessoa coletiva

### Capítulo II – O Estado como Comunidade Política

38. A comunidade política ou povo
39. Povo e Estado
40. O Estado, o povo e a coletividade pré-estatal
41. A unidade do povo e as distinções políticas entre os cidadãos
42. Conceitos afins do conceito de povo
43. A relevância jurídico-política do fenómeno nacional
44. O multiculturalismo
45. A proteção das minorias
46. Povo e comunidades em diferentes estádios culturais
47. As concepções político-constitucionais e ideológicas de povo

### Capítulo III – A Cidadania

#### *§ 1º A cidadania ou qualidade de membro do Estado*

48. Povo e cidadania
  49. Uma cidadania transnacional?
  50. A cidadania no Direito internacional
  51. A cidadania no Direito constitucional
- #### *§ 2º A condição jurídica das pessoas em razão da cidadania*
52. Cidadãos originários e não originários
  53. A condição dos estrangeiros e o seu enquadramento pelo Direito internacional
  54. A condição dos cidadãos dos países de língua portuguesa
  55. A cidadania europeia

### Capítulo IV – O Poder Político

#### *§ 1º Poder e soberania*

56. Estrutura e função do poder
57. O problema da limitação do poder pelo Direito
58. Titularidade e exercício do poder
59. Poder político e soberania
60. Soberania e ordem interna do Estado
61. Soberania, descentralização, autonomia

62. Descentralização e subsidiariedade

#### **Capítulo V – O Território do Estado**

- 63. O território, condição de existência do Estado
- 64. O território e o Direito do Estado
- 65. Território, poder e povo
- 66. O direito do Estado sobre o seu território
- 67. O asilo a estrangeiros
- 68. Outros direitos territoriais do Estado e outras situações territoriais
- 69. Referência ao domínio público e ao domínio privado
- 70. O Estado e outras coletividades territoriais

#### **Capítulo VI – Formas de Estado**

##### *§ 1º As formas de Estado em geral*

- 71. Conceito de forma de Estado
- 72. A contraposição fundamental: Estados simples e compostos
- 73. O Estado unitário descentralizado ou regional
- 74. Autonomia política com e sem integração
- 75. Os Estados compostos: federações e uniões reais
- 76. Os Estados federais em particular
- 77. O sistema jurídico complexo dos Estados federais
- 78. Os condicionalismos das formas de Estado

## **PARTE III CONSTITUIÇÃO**

### **TÍTULO I**

#### **A Constituição como fenómeno jurídico**

#### **Capítulo I – Sentido da Constituição**

##### *§ 1º Constituição e constitucionalismo*

- 79. Da Constituição antiga à Constituição moderna
- 80. Da Constituição liberal às Constituições atuais
- 81. Da Constituição em sentido material à pluralidade de Constituições materiais
- 82. Constituição em sentido formal
- 83. Os tempos e os lugares das normas constitucionais
- 84. Constituição em sentido formal e Constituição em sentido instrumental
- 85. Os problemas constitucionais na transição do século e do milénio
- 86. Direito constitucional e Direito internacional
- 87. A pretensa Constituição europeia
- 88. Transconstitucionalismo e interconstitucionalismo

##### *§ 2º Concepções gerais sobre a Constituição*

- 89. A teorização da Constituição
- 90. As grandes correntes doutrinárias
- 91. Algumas teorias da Constituição
- 92. Algumas posições de autores portugueses e brasileiros
- 93. Visão adotada

## **Capítulo II – Formação da Constituição**

### *§ 1º Poder constituinte e formação da Constituição*

94. Poder constituinte material e poder constituinte formal
  95. O poder constituinte material (originário)
  96. Constituição e soberania do Estado
  97. A revolução como fenómeno constituinte
  98. A transição constitucional
  99. Do poder constituinte material ao poder constituinte formal
  100. Os tipos de atos constituintes stricto sensu
  101. Forma, legitimidade e conteúdo da Constituição
  102. As formas e as regras dos atos constituintes
  103. Os limites materiais do poder constituinte
- ### *§ 2º Fontes das normas constitucionais*
104. As fontes formais de Direito e o Direito constitucional
  105. O problema do costume em Constituição formal
  106. Visão adotada sobre o costume constitucional
  107. Figuras afins do costume constitucional
  108. A jurisprudência como fonte de normas constitucionais

## **Capítulo III – Modificação e Subsistência da Constituição**

### *§ 1º As modificações constitucionais em geral*

109. Modificabilidade e modificações da Constituição
110. Modificações da Constituição e vicissitudes constitucionais
111. As diversas espécies de vicissitudes constitucionais
112. Rigidez e flexibilidade constitucionais

### *§ 2º A revisão constitucional e o seu processo*

113. A diversidade de formas da revisão constitucional
114. Sistemas de revisão em Direito comparado

### *§ 3º Os limites materiais de revisão constitucional*

115. A formulação de limites materiais de revisão
116. A polémica doutrinal sobre os limites materiais
117. Posição adotada
118. A necessidade de limites materiais de revisão
119. A revisibilidade das cláusulas de limites expressos
120. Preterição de limites materiais e inconstitucionalidade
121. Preterição de limites materiais e fiscalização da constitucionalidade da revisão
122. Preterição de limites e transição constitucional

## **TÍTULO II**

### **Normas Constitucionais**

## **Capítulo I – Estrutura das Normas Constitucionais**

123. Os princípios e a sua função ordenadora
124. Classificações de princípios constitucionais
125. Os preâmbulos constitucionais

126. Classificações de normas-regras
127. Normas precativas e normas programáticas
128. Normas exequíveis e não exequíveis por si mesmas
129. Normas precativas exequíveis, normas precativas não exequíveis e normas programáticas
130. A aplicabilidade direta das normas constitucionais

#### **Capítulo II – Interpretação, Integração e Aplicação**

##### *§ 1º Interpretação e integração das normas constitucionais*

131. A problemática da interpretação constitucional
132. Postulados da interpretação constitucional e seus corolários
133. A interpretação conforme com a Constituição
134. As lacunas da Constituição e a sua integração

##### *§ 2º A aplicação das normas constitucionais no tempo*

135. A superveniência das normas constitucionais
136. Direito constitucional novo e Direito constitucional anterior
137. Direito constitucional novo e Direito ordinário anterior
138. A subsistência do Direito ordinário não contrário à Constituição
139. A inconstitucionalidade superveniente das leis ordinárias anteriores contrárias à Constituição
140. Direito constitucional novo e Direito internacional anterior
141. Direito constitucional novo e atos jurídico-públicos

##### *§ 3º A aplicação das normas constitucionais no espaço*

142. Constituição e território do Estado
143. A aplicação das normas constitucionais no estrangeiro
144. Normas constitucionais e normas de conflitos

### **PARTE IV**

#### **ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO**

#### **Capítulo I – Funções do Estado**

145. Os dois sentidos de função
146. A função no sentido de atividade
147. A elaboração teórica das funções do Estado
148. Classificação adotada: funções fundamentais e funções complementares, acessórias e atípicas
149. A função política
150. A função administrativa e a função jurisdicional
151. Zonas de fronteira e funções complementares, acessórias e atípicas
152. O problema da natureza dos assentos e das súmulas vinculantes

#### **Capítulo II – Órgãos do Estado**

##### *§ 1º Conceito e elementos*

153. Origem do conceito
154. Órgãos e conceitos afins
155. Órgão e imputação
156. Órgãos e atos com eficácia interna
157. Órgãos em Direito interno e em Direito internacional
158. Os elementos do conceito de órgão
159. Sentido da competência

- 160. A competência e a norma jurídica
- 161. Os titulares
- § 2º Categorias de órgãos*
- 162. Classificação dos órgãos
- 163. Os órgãos colegiais e o seu funcionamento
- 164. As assembleias em especial
- 165. Órgãos do Estado e colégios eleitorais
- § 3º Vicissitudes dos órgãos*
- 166. Espécies de vicissitudes
- 167. Vicissitudes objetivas
- 168. As vicissitudes subjetivas

### **Capítulo III – Atos Jurídico-Constitucionais**

- § 1º Atos jurídico-constitucionais em geral*
- 169. Atos jurídico-públicos e atos jurídico-constitucionais
- 170. Pressupostos, elementos, requisitos
- 171. Requisitos e valores jurídicos dos atos
- 172. Tipologias de atos jurídico-constitucionais
- 173. A fundamentação nos atos jurídico-constitucionais
- 174. Atos de produção sucessiva, processo, procedimento
- 175. Atos tácitos e omissões
- 176. O tempo em Direito constitucional
- § 2º Atos legislativos*
- 177. Aceções de lei
- 178. A problemática jurídico-política da lei
- 179. A lei na evolução do Estado
- 180. Lei em sentido material e lei em sentido formal
- 181. Generalidade e Estado de Direito
- 182. A Constituição e a atividade legislativa
- 183. Reserva de lei e princípio da legalidade
- 184. Forma de lei e força de lei
- 185. Unidade e pluralidade de formas de lei
- 186. Relance de Direito comparado
- 187. O procedimento ou processo legislativo

## **PARTE V INCONSTITUCIONALIDADE E GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO**

### **Capítulo I – Inconstitucionalidade e Garantia em Geral**

- § 1º Inconstitucionalidade em geral*
- 188. Noção ampla e noção restrita de inconstitucionalidade
- 189. Análise do fenómeno
- 190. Inconstitucionalidade de normas constitucionais
- 191. Inconstitucionalidade e ilegalidade
- 192. Inconstitucionalidade e hierarquia

193. Os diferentes tipos e juízos de inconstitucionalidade
194. Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal e orgânica
195. Desvio de poder legislativo e razoabilidade
- § 2º Garantia e fiscalização*
196. Norma jurídica e garantia
197. Garantia da constitucionalidade e garantia da Constituição
198. Garantia e fiscalização da constitucionalidade
199. Critérios substantivos de fiscalização
200. Critérios processuais de fiscalização
201. Fiscalização difusa e fiscalização concentrada
202. O Direito processual constitucional
- § 3º As decisões de fiscalização*
203. Juízo de inconstitucionalidade e decisões dos tribunais
204. As decisões em fiscalização concreta
205. A decisão de inconstitucionalidade em fiscalização abstrata
206. Natureza da declaração de inconstitucionalidade
207. A decisão de não inconstitucionalidade em fiscalização abstrata
208. A interpretação conforme com a Constituição e as decisões interpretativas
209. As decisões limitativas
210. As decisões aditivas
- § 4º Consequências da inconstitucionalidade*
211. Inconstitucionalidade e valores jurídicos
212. Vícios na formação da vontade e valores jurídicos
213. Inconstitucionalidade e responsabilidade civil do Estado
214. Inconstitucionalidade e responsabilidade criminal
215. Inconstitucionalidade e responsabilidade política

## **Capítulo II – Sistemas de Fiscalização da Constitucionalidade**

### *§ 1º A fiscalização da constitucionalidade em Direito comparado*

216. Inserção histórica
217. Os grandes modelos ou sistemas típicos
218. A opção por fiscalização difusa ou por fiscalização concentrada
219. O problema da fiscalização administrativa da constitucionalidade
220. Os Tribunais Constitucionais e órgãos homólogos – quadro comparativo
221. A fiscalização da constitucionalidade em Portugal
222. A fiscalização da constitucionalidade no Brasil
223. A fiscalização da constitucionalidade nos países africanos de língua portuguesa e em Timor
224. Justiça constitucional e princípio democrático
225. Legitimidade de título e legitimidade de exercício
226. A comunicação de jurisprudências constitucionais